

BANCO DO BRASIL – FRAMEWORK DE FINANÇAS SUSTENTÁVEIS

Introdução

Visão Geral do Banco do Brasil

O Banco do Brasil (BB) foi o primeiro banco fundado no Brasil em 1808 e desde então tem contribuído ativamente para o desenvolvimento do Brasil. Hoje, o BB é um dos maiores bancos da América Latina e está presente em 99,2% dos municípios brasileiros, atendendo a mais de 70,2 milhões de clientes em 4.356 agências.

O BB é uma empresa de capital aberto controlada pelo Governo Federal brasileiro, que detém 50,0% das ações em 31 / dez / 2019¹. As demais ações são detidas por investidores nacionais (24,7%) e estrangeiros (25,3%). O banco mantém altos padrões de governança corporativa, pois faz parte do *Novo Mercado* da Bolsa de Valores Brasileira B3. Também está incluído no Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 (ISE), na Série FTSE4 Good Index da Bolsa de Londres e no Índice Dow Jones de Sustentabilidade (DJSI), integrado no portfólio "World" do DJSI, alcançando o segundo lugar no setor "Bancos". O banco também possui um selo de nível 1, com pontuação máxima, no Indicador de Governança do Departamento de Coordenação e Governança de Empresas Estatais (IG-SEST). O banco também foi considerado o banco mais sustentável no ranking global 100 da Corporate Knights em 2019, conforme anunciado durante o Fórum Econômico Mundial em Davos, Suíça.

Estratégia e Governança de Sustentabilidade do Banco do Brasil

A visão do Banco do Brasil é "ser a empresa que oferece a melhor experiência para as pessoas e que promove o desenvolvimento da sociedade de forma inovadora, eficiente e sustentável".

A estratégia de sustentabilidade do banco está focada em melhorar o desempenho em suas dimensões econômica, social e ambiental, uma vez que a geração de retornos sustentáveis a longo prazo vai além de questões financeiras de curto prazo e riscos tradicionais.

Alinhado à agenda global de desenvolvimento sustentável, o Banco do Brasil promulgou um plano de ação em 2005 promovendo a responsabilidade social e ambiental. Até 2016, esse plano foi intitulado Agenda 21 BB em alinhamento com a Agenda 21 Global, compromisso para este século que buscava promover ações que integrassem crescimento econômico, justiça social e proteção do meio ambiente.

Em 2019, o Plano de Sustentabilidade do Banco do Brasil – *Agenda 30 BB* foi atualizado pela sétima vez, conforme apresentado no APÊNDICE 1. Esse plano foi inspirado nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas (ONU), lançados em 2015, fornecendo uma agenda global para as metas de desenvolvimento sustentável para 2030.



¹ Não considera ações em tesouraria.

O Conselho Diretor do BB aprovou o Plano de Sustentabilidade - *Agenda 30 BB* para o período de três anos de 2019 a 2021, com 50 ações a serem desenvolvidas, aprimorando a governança da sustentabilidade, promovendo iniciativas de inclusão social e financeira no contexto da economia verde e adoção de projetos e soluções sustentáveis. As ações foram vinculadas à abordagem dos 21 desafios de sustentabilidade identificados pela organização e aos priorizados pelos stakeholders do BB na atualização da *Agenda 30 BB*.

Praticamente todas as unidades estratégicas do Banco estão envolvidas na execução das ações incluídas no Plano de Sustentabilidade - *Agenda 30 BB*. Desde 2008, o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva monitoram a implementação das ações por meio de reuniões anuais e semestrais, respectivamente.

O BB possui um Comitê de Risco e Capital aprovado pelo Conselho de Administração em 2017 para assessorá-lo no gerenciamento de riscos, incluindo riscos ambientais e sociais. O banco também criou duas unidades estratégicas relacionadas à sustentabilidade: uma diretamente vinculada ao CFO para questões de sustentabilidade corporativa e outra para gerenciamento de riscos A&S, na Diretoria de Riscos.

Além disso, criou um Fórum de Sustentabilidade, que reúne executivos do BB e sua fundação corporativa - Fundação Banco do Brasil - com o objetivo de apoiar o processo de incorporação, alinhamento e disseminação dos princípios e práticas de sustentabilidade do BB; e acompanhar as iniciativas de A&S e a implementação das ações previstas na *Agenda 30 BB*. O Fórum de Sustentabilidade realiza reuniões trimestrais e é subordinado ao Comitê Executivo de Negócios.

Indicadores que variam do nível estratégico ao nível operacional avaliam o desempenho da sustentabilidade. A instituição demonstra seu compromisso com a sustentabilidade, por exemplo, vinculando a remuneração variável da administração e dos funcionários aos indicadores de desempenho do uso eficiente de recursos (água, energia, papel) e produtos e serviços com foco social (negócios sociais).

Engajamento do Banco do Brasil na Agricultura de Baixo Carbono e Silvicultura

O Banco do Brasil é reconhecido como um dos principais agentes que impulsionam o desenvolvimento do agronegócio no Brasil, apoiando o setor em todas as etapas de sua cadeia produtiva e promovendo a sustentabilidade.

O Banco do Brasil é o principal banco brasileiro de financiamento ao agronegócio, com participação de mercado de 59,3% em junho de 2019² e o principal financiador do Plano de Agricultura de Baixo Carbono (Plano ABC)³, com participação de mercado de 80% e o único a utilizar capital próprio para financiar o Plano ABC⁴. O Plano ABC é uma das estratégias nas quais o governo brasileiro confia para alcançar as Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC)

² Análise de Desempenho T2 2019, disponível em https://s3.amazonaws.com/mz-filemanager/5760dff3-15e1-4962-9e81-322a0b3d0bbd/b63a926f-b32b-4d00-8b41-0623e014677c_MD&A%20T19.pdf.

³ O Plano ABC é um dos planos setoriais elaborados em conformidade com o artigo 3º do Decreto nº 7.390 / 2010 e tem como objetivo organizar e planejar as ações a serem adotadas para a adoção de tecnologias de produção sustentáveis, selecionadas com o objetivo de emissão de GEE compromissos de redução no setor agrícola assumidos pelo país. O plano setorial está disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/plano-abc/arquivo-publicacoes-plano-abc/download.pdf>

⁴ Fonte: Relatório Anual de Sustentabilidade 2019.

do país⁵. O Banco do Brasil desempenhou um papel importante no lançamento do programa, divulgando-o através de reuniões, discursos e materiais de comunicação.

O BB possui diretrizes de sustentabilidade para operações de crédito que incluem ações específicas para os setores agropecuário e florestal, tais como exigir prova de origem legal e sustentável de produtos florestais por meio de evidências de licenciamento ambiental adequado e promover as melhores práticas exigidas pelas certificações em agricultura e silvicultura.

Engajamento do Banco do Brasil na Promoção de Energias Renováveis no País

Como um dos principais financiadores do setor de agronegócio no Brasil, o Banco do Brasil entende a necessidade das diferentes cadeias produtivas de energia acessível e limpa. O Programa Agro Energia do BB se concentra na redução de custos de produção, permitindo a autossuficiência na geração de energia em áreas rurais, transferência de tecnologia para o campo, estabilidade de renda para produtores rurais e expansão de negócios através da implementação de micro ou mini usinas solares, de biomassa e eólica. As ações do Banco do Brasil para fomentar energia renovável no país vão além do setor primário. Em maio de 2019, o *pipeline* do projeto de energia renovável do banco era de R\$ 6,3 bilhões em 1 pequena central hidrelétrica, 4 solares e 8 eólicas em todo o país, com uma capacidade instalada potencial de 1,7 GW.

Além disso, o BB concede crédito para a produção de biocombustíveis, especialmente etanol, estimulando as melhores práticas e certificações de culturas, além de proteger áreas de acordo com o zoneamento agroecológico da cana e excluindo novas áreas de cana nos biomas das bacias hidrográficas dos rios Amazonas, Pantanal e Alto Paraguai.

O ano de 2018 marcou a entrada do BB no Ambiente de Contratação de Energia Livre (ACL), também conhecido como Mercado Livre, que estimula a expansão da geração de energia renovável, como Pequenas Centrais Hidrelétricas, Biomassa, Eólica e Solar. A contratação do fornecimento de energia pelo BB envolveu as três torres dos edifícios da sede do banco, em Brasília - Distrito Federal. Além disso, outras 25 unidades migrarão para o Mercado Livre até 2020. Várias ações foram desenvolvidas em 2018 para otimizar o consumo e os custos de energia, consequentemente reduzindo as emissões de GEE, incluindo: a contratação de energia da geração distribuída de energia solar para abastecer 88 agências no Estado de Minas Gerais e a expansão planejada para mais 100 agências na região. mesmo Estado; a implementação de um sistema automatizado de gerenciamento de energia e a substituição de 600.000 lâmpadas por novos modelos de LED.

Engajamento do Banco do Brasil em Projetos Sociais

Um dos principais desafios da *Agenda 30 BB* do banco consiste em reforçar suas iniciativas de desenvolvimento produtivo, empreendedorismo e promoção da inclusão social e financeira, incluindo negócios sociais.

Em dezembro de 2018, o BB possuía saldo de carteira de crédito superior a R\$ 108 bilhões em projetos sociais e empréstimos a PMEs, incluindo: programas governamentais, como o Minha Casa Minha Vida (MCMV), que oferecem moradias populares para segmentos de baixa renda;

⁵ O NDC do Brasil compreende o compromisso de reduzir as emissões de gases de efeito estufa em 37% abaixo dos níveis de 2005 em 2025 e 43% abaixo dos níveis de 2005 em 2030. No setor agrícola, o país pretende fortalecer o Programa de Agricultura de Baixo Carbono (ABC) como a principal estratégia para o desenvolvimento sustentável da agricultura, incluindo a restauração de 15 milhões de hectares adicionais de pastagens degradadas até 2030 e o aprimoramento de 5 milhões de hectares de sistemas integração-lavoura-pecuária-floresta (ILPF) até 2030.

empréstimos de microcrédito para apoiar microempreendedores; o Programa Nacional de Fortalecimento da Família Rural (Pronaf), apoiando os agricultores familiares; a modernização do sistema produtivo e o fortalecimento dos produtores familiares rurais (o programa inclui 12 tipos de linhas de crédito, incluindo financiamento para mulheres em atividades produtivas familiares rurais e microcrédito); o Crédito de Acessibilidade BB, que visa financiar bens e serviços tecnológicos para pessoas com deficiência; e o FIES, um programa governamental de financiamento do ensino superior.

Fundamentação do Framework de Finanças Sustentáveis do Banco do Brasil

Em alinhamento com a Política de Responsabilidade Socioambiental e com o Plano de Sustentabilidade do BB, o banco trabalha para desenvolver continuamente soluções financeiras e modelos de negócios que promovam a transição para uma economia verde inclusiva. Nesse contexto, o Banco do Brasil visa captar recursos por meio de títulos e empréstimos ecológicos, sociais ou de sustentabilidade e apresenta seu Framework de Finanças Sustentáveis, desenvolvido de acordo com os Princípios de Títulos Verdes⁶ (GBP), os Princípios de Títulos Sociais⁷ (SBP), as Diretrizes de Títulos de Sustentabilidade⁸ (SBG) e os Princípios de Empréstimos Verdes⁹ (GLP) e suas diretrizes (versão 2018):

- i. Uso de Recursos
 - a) Categorias Verdes Elegíveis
 - Gestão Ambientalmente Sustentável dos Recursos Naturais e Uso da Terra
 - Energia Renovável
 - b) Categorias Sociais Elegíveis
 - Habitação a Preços Acessíveis
 - Financiamento de Micro e Pequenas Empresas e Microfinanças
 - Avanço Socioeconômico e Fortalecimento
 - Acesso a Serviços Essenciais
- ii. Processo para Avaliação e Seleção de Projetos
- iii. Gestão dos Recursos
- iv. Reporte

I. Uso de Recursos

Objetivos

O setor financeiro desempenha um papel importante na transição para uma Economia Verde Inclusiva¹⁰, direcionando fluxos financeiros para setores com mais impactos ambientais e socialmente positivos e mitigando riscos de suas operações. Desde 2014, a Federação Brasileira

⁶ Disponível em: <https://www.icmagroup.org/green-social-and-sustainability-bonds/green-bond-principles-gbp/>

⁷ Disponível em: <https://www.icmagroup.org/green-social-and-sustainability-bonds/social-bond-principles-sbp/>

⁸ Disponível em: <https://www.icmagroup.org/green-social-and-sustainability-bonds/sustainability-bond-guidelines-sbg/>

⁹ Disponível em: <https://www.lma.eu.com/documents-guidelines/documents/category/green--sustainable-finance#>

¹⁰ O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) define “Economia Verde” como uma estrutura que melhora o bem-estar da sociedade e promove a igualdade, ao mesmo tempo que reduz os riscos ambientais e a escassez ecológica, utilizando menores emissões de carbono, recursos naturais, eficiência e inclusão social como pilares. Energia renovável, eficiência energética, construção sustentável, transporte sustentável, água, pesca, silvicultura, agricultura sustentável, agronegócio, gestão de resíduos, educação, saúde, inclusão produtiva e desenvolvimento regional são os setores considerados no caminho para uma economia verde.

de Bancos (FEBRABAN) tem trabalhado para medir quanto capital foi investido pelos bancos no Brasil para promover uma Economia Verde Inclusiva.

Em 2018, 15 bancos Brasileiros (incluindo BB), responsáveis por 86.6% por empréstimos para empresas no Brasil, participaram na avaliação de sua contribuição para uma economia verde¹¹. Os resultados indicaram que R\$ 412 bilhões (27.6% do total de empréstimos destinados a empresas no Brasil) foram direcionados para setores relacionados a uma economia mais verde. Agricultura sustentável (25.0%) e energia renovável (24.6%) foram os setores mais financiados.

Em 2018, BB contribuiu com R\$ 189.6 bilhões para a Economia Verde, de acordo com a metodologia Febraban. O portfólio de agricultura de baixo carbono¹² no BB alcançou R\$ 43.5 bilhões; práticas de agricultura sustentável¹³, R\$ 50.9 bilhões; produtos sociais¹⁴, R\$ 63.9 bilhões; e R\$ 31.1 bilhões para outras operações.

Como um dos maiores bancos da América Latina, O Banco do Brasil pretende contribuir decisivamente para a transição do Brasil para uma Economia Verde. Esse Framework de Finanças Sustentáveis marca um dos esforços do banco para diversificar suas possibilidades de recursos para financiar projetos ambientais e socialmente positivos.

Categorias Elegíveis

Esta seção apresenta as categorias de ativos elegíveis que geram benefícios ambientais e sociais que podem constituir uma base para títulos e empréstimos verdes / sociais / de sustentabilidade captados pelo BB.

Qualquer título ou empréstimo verde / social / de sustentabilidade levantado pelo Banco do Brasil será baseado na atual carteira de crédito verde e social e em novos projetos aderentes às práticas estabelecidas por esse Framework. Destacamos também que os projetos selecionados a serem financiados com recursos provenientes de títulos e empréstimos verdes / sociais / de sustentabilidade do BB devem contribuir para um ou mais dos ODS da ONU.

No entanto, é importante ressaltar que as contribuições para os ODS indicados nesta estrutura implicam que os projetos apoiam, em certa medida, a consecução de algumas de suas respectivas metas e não pretendem cumprir o objetivo por si mesmos.

a) Categorias Verdes

Os Projetos Verdes devem se encaixar em uma das seguintes categorias dos Princípios de Título Verde (GBP) 2018 e Princípios do Empréstimo Verde (GLP) 2018: “Gestão Ambientalmente Sustentável dos Recursos Naturais e Uso da Terra” – incluindo projetos de adaptação às mudanças climáticas” – e “Energia Renovável”. Os seguintes tipos de projetos e tecnologias comporão a carteira de crédito verde do BB.

¹¹ Disponível em: <https://cmsportal.febraban.org.br/Arquivos/documentos/PDF/MENSURAÇÃO%20DE%20RECURSOS%20-%20AGOSTO%202018.pdf>

¹² Definido de acordo com o plano governamental ABC.

¹³ Definido de acordo com a definição de Economia Verde da UNEPFI.

¹⁴ Definido de acordo com a definição de Economia Verde da UNEPFI.

GBP/GLP categorias	Tipos de Ativos Elegíveis	Definição	Benefícios Ambientais
Gestão Ambientalmente Sustentável dos Recursos Naturais e Uso da Terra	Agricultura de Baixo Carbono (contribuindo para o Plano ABC)	Sistemas de Plantio Direto	Investimentos em Sistemas de Plantio Direto
		Recuperação e Restauração de Solo	Investimentos em recuperação de solo e restauração de pasto degradado
		Sistema de Integração de Lavoura-Pecuária-Floresta e Sistemas Agroflorestais	Sistemas de Integração, Lavoura, Pasto e Floresta, usando com práticas sustentáveis de manejo florestal
		Fixação Biológica de Nitrogênio	Processo que transforma nitrogênio atmosférico em formas assimiláveis para plantas por micro organismos
		Tratamento de Resíduos Animais	Biodigestão e compostagem de resíduos animais, incluindo geração de energia
		Outros Projetos	Adaptação de Sistemas Produtivos e projetos de proteção ecológica de impactos climáticos e gestão de risco na agricultura, incluindo água ou gestão microclimática, como irrigação por gotejamento e agricultura protegida, e sistemas de monitoramento climático, mapeamento e
			• Preservação da biodiversidade e proteção dos ecossistemas terrestres • Mitigação das mudanças climáticas • Redução da erosão do solo • Prevenção da poluição da água • Resiliência e capacidade de adaptação a riscos relacionados ao clima e desastres naturais

modelagem de vulnerabilidades ¹⁵		
Energia Renovável	Silvicultura	Floresta comercial, gestão sustentável de florestal certificada pelo FSC ou PEFC; e recuperação de reserve legal, florestas ciliares e áreas de preservação ambiental
	Usinas de Energia Solar	Construção, desenvolvimento, operação e manutenção de usinas de geração de energia elétrica movidas a energia solar ¹⁶
	Usinas de Energia Eólica	Construção, desenvolvimento, operação e manutenção de usinas de geração de energia elétrica movidas a energia eólica ¹⁷
	Usinas de Energia de Biomassa	Construção, desenvolvimento, operação e manutenção de usinas movidas a biomassa residual (resíduos) para eletricidade ¹⁸
	Equipamentos Associados	Instalação de sistemas de equipamentos e tecnologia necessários para a implementação de micro ou mini geradores, incluindo infraestrutura de transmissão dedicada.
	Biocombustíveis	Produção de Etanol ¹⁹ em conformidade com:
		• Mitigação de Mudanças Climáticas • Redução da Poluição do Ar

¹⁵ Exceto pelos projetos de mapeamento e modelagem de vulnerabilidades já elegíveis, as necessidades de adaptação para elegibilidade do projeto nesta categoria serão avaliadas com base na ferramenta governamental AdaptaClima (<http://adaptaclima.mma.gov.br>).

¹⁶ Inclui unidades de geração de energia elétrica de até 75 KW (microgeração) ou entre 75 KW - 5 MW (mini geração) em um sistema de energia distribuída, conforme definido na Resolução nº 482/2012 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Disponível em: <<http://www2.aneel.gov.br/cedoc/bren2012482.pdf>>.

¹⁷ Inclui unidades de geração de energia elétrica de até 75 KW (microgeração) ou entre 75 KW - 5 MW (mini geração) em um sistema de energia distribuída, conforme definido na Resolução nº 482/2012 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Disponível em: <<http://www2.aneel.gov.br/cedoc/bren2012482.pdf>>.

¹⁸ Inclui unidades de geração de energia elétrica de até 75 KW (microgeração) ou entre 75 KW - 5 MW (mini geração) em um sistema de energia distribuída, conforme definido na Resolução nº 482/2012 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Disponível em: <<http://www2.aneel.gov.br/cedoc/bren2012482.pdf>>.

¹⁹ Produção de etanol totalmente compatível com o Código Florestal Brasileiro, que não concorre com a produção de alimentos nem esgota os pools de carbono terrestre existentes, principalmente o etanol de cana-de-açúcar originário de plantações com

-
- a. Zoneamento Agroecológico da Cana-de-Açúcar²⁰
 - b. BONSUCRO ou limite de emissões de gases de efeito estufa (GEE) estabelecido pelos critérios de Bioenergia da Climate Bonds Initiative ²¹ e a metodologia de cálculo de GEE adotada pela RenovaBio²² (RenovaCalc).
-

Agricultura de Baixo Carbono

Apêndice 2 apresenta a descrição das técnicas agrícolas e seus benefícios. Exemplos dos tipos de culturas que se beneficiam das técnicas de agricultura de baixo carbono incluem: soja, milho, trigo, feijão, maçã, mandioca, alho, arroz, aveia, batata, café, cevada, grama, feno, laranja e cana-de-açúcar (de acordo com Zoneamento Agroecológico da Cana-de-Açúcar, instituído pelo Decreto 6.961, de 17/09/2009 e com o BONSUCRO). Exemplos de tipos de atividades relacionadas à recuperação e restauração do solo incluem: criação de aves, suínos, gado, cabras, cavalos e búfalos.

As atividades nessa categoria que podem ser financiadas incluem: elaboração de projeto técnico, georreferenciamento da área rural e regularização ambiental, assistência técnica, biofertilização, recuperação do solo, aquisição de sementes e mudas para pastagens e florestas, realocação de estradas em propriedades privadas para adequação ambiental, aquisições e serviços de insumos para implementação e manutenção de projetos, aquisição, transporte, aplicação e incorporação de retificadores agrícolas (calcário e outros), delimitação e construção de terraços e implementação de práticas conservacionistas do solo, aquisição de máquinas nacionais, construção e modernização de propriedades rurais e despesas trabalhistas vinculadas ao principal financiamento de investimento²³. As atividades financiadas pelo Plano ABC não contemplam expansão ou abertura de áreas agrícolas.

Energia Renovável

Os projetos de energia renovável incluem micro e mini geração de energia para o setor primário (linhas de crédito agroenergético) e geração de energia para indústria, comércio, serviços e residências, incluindo equipamentos e tecnologia associados para o seu bom funcionamento.

colheita mecanizada, que não empregam práticas de queima pré-colheita, em conformidade com a cana-de-açúcar Zoneamento Agroecológico, instituído pelo Decreto 6.961, de 17/09/2009.

²⁰ O Zoneamento Agroecológico da cana-de-açúcar visa apoiar o desenvolvimento de políticas públicas e a produção sustentável da lavoura no território brasileiro, limitando as terras em potencial para expansão da lavoura principalmente às pastagens. O zoneamento agroecológico é baseado em dados de solo, clima e cultura que são coletados, sistematizados e incorporados em modelos agrometeorológicos, de geoprocessamento e sensoriamento remoto e em técnicas de processamento digital.

²¹ <https://www.climatebonds.net/files/files/Bioenergy%20Criteria%20Document%20July%202019%20-%20Phase%201.pdf>

²² Criada pela Lei 13.576 / 2017, a RenovaBio é a nova Política Nacional de Biocombustíveis para fomentar a produção de biocombustíveis com base na sustentabilidade ambiental, social e econômica, visando à redução de emissões de GEE no país.

²³ O Manual de Crédito Rural - MCR permite o financiamento de outros tipos de investimentos em atividades rurais, dentro dos limites estabelecidos do valor total financiado: <https://www3.bcb.gov.br/mcr/manual/09021771806f5013.pdf>

Linhas de transmissão dedicadas para conectar essas usinas de energia renovável ao sistema de rede nacional e projetos que apoiam a expansão da produção de biocombustíveis sustentáveis também são considerados.

Investimentos para a compra e implementação de micro e mini geradores para atividades agropecuárias, incluindo equipamentos e tecnologia associados para o uso adequado e outros custos de instalação, são cobertos por esta categoria. O Programa Agro Energia do BB compreende operações financeiras em linhas de crédito como "Pronaf Eco", "Pronaf Agroindústria", "Prodecoop", "Inovagro", "Investe Agro", "Pronamp Investimento" e "FCO Rural Investimento Agropecuário".

b) Categorias Sociais

Os projetos sociais devem se encaixar em uma das seguintes categorias dos Princípios de Título Social (SBP): “Moradias populares”, “Geração de emprego, inclusive por meio do efeito potencial de financiamento e microfinanciamento para PMEs”, “Avanço e empoderamento socioeconômico” e “Acesso a recursos essenciais Serviços”. Os seguintes tipos de projetos comporão a carteira de crédito social do BB.

SBP Categorias	Tipos de Ativos Elegíveis	Definição	Benefícios Sociais
Habitação a Preços Acessíveis	Habitação a Preços Acessíveis	Unidades habitacionais incluídas no Programa Governamental Minha Casa Minha Vida para famílias com renda mensal de até R\$ 7.000,00 ²⁴	• Habitação segura e acessível
Financiamento de Micro e Pequenas Empresas e Micro Finanças	Financiamento de Micro e Pequenas Empresas e Inclusão Financeira	Empresas, cooperativas e instituições com receita anual de até R\$ 5 milhões ²⁵	• Geração de Emprego • Inclusão Financeira

²⁴Equivalente a USD 3,500 (2018's PPP, disponível em <https://data.oecd.org/conversion/purchasing-power-parities-ppp.htm>) e a sete vezes o salário mínimo de 2019 (R\$ 998).

²⁵ De acordo com a definição de micro e pequenas empresas da IFC, o limite de receita anual para este segmento é de US \$ 3 milhões(https://www.ifc.org/wps/wcm/connect/industry_ext_content/ifc_external_corporate_site/financial+institutions/priorities/ifcs+definitions+of+targeted+sectors).

Avanço Socioeconômico e Fortalecimento	Produção Rural Familiar	Pequenos produtores rurais com receita anual de até R\$ 415,000 ²⁶ em subprogramas selecionados, como ²⁷ : <i>Pronaf Mais Alimentos, Pronaf Agroindústria Familiar, Pronaf Cotas-Partes, Pronaf Mulher - agricultores familiares, Pronaf Agroecologia, Pronaf Eco e Pronaf Eco - Dendê</i> ²⁸ / <i>Seringueira</i>	• Fortalecimento e avanço socioeconômico de comunidades rurais e mulheres • Segurança alimentar
	Tecnologia de Acessibilidade	Bens e serviços tecnológicos para pessoas com deficiência ²⁹	• Fortalecimento e avanço socioeconômico para pessoas com deficiência
Acesso a Serviços Essenciais	Instalações e Equipamentos para Saúde	Instalações e equipamentos de clínicas de saúde e odontologia localizados em Municípios com índice de desenvolvimento humano (IDH) abaixo da média nacional ³⁰	• Acesso a serviços de saúde

II. Processo para avaliação e seleção de projetos

A seleção de projetos que irão constituir o portfólio da instituição apoiando títulos e empréstimos verde / social / sustentabilidade para verificar a aderência dos projetos às categorias de elegibilidade de projetos do Framework; a avaliação dos benefícios ambientais e sociais dos projetos e o alinhamento com a política de responsabilidade socioambiental e critérios de exclusão da Instituição serão realizadas pelas áreas gestoras do Framework de Finanças Sustentáveis, sendo elas a Diretoria de Finanças (Difin) e a Unidade de Relações com Investidores e Sustentabilidade (URI) e outras Unidades Estratégicas, conforme necessário. A deliberação desses assuntos, quando necessária, ocorrerá nos respectivos Comitês de Administração das Unidades, compostos por Gerentes Executivos e Diretores, ou em Colegiados Estratégicos do BB.

As ações e resultados do Framework de Finanças Sustentáveis serão monitorados, periodicamente, pelo Fórum de Sustentabilidade BB, composto por Gerentes Executivos de diversas Unidades Estratégicas. Por sua vez, é realizada prestação de contas semestral dos assuntos discutidos nos Fóruns de Sustentabilidade ao Comitê Executivo de Negócios (Ceneg) e ao Conselho Diretor.

²⁶ Conforme estabelecido pelo Manual de Crédito Rural governamental.

²⁷ Os subprogramas selecionados são financiados com recursos próprios do Banco do Brasil.

²⁸ A aprovação de crédito está sujeita à conformidade com o ZARC (Zoneamento Agrícola de Risco Climático), determinado pelo Ministério da Agricultura desde 1996, com metodologia aprovada pela EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária).

²⁹ Financiamento de cadeiras de rodas, aparelhos auditivos, órteses, próteses, passeadores, adaptações habitacionais e outras tecnologias para assistência à incapacidade.

³⁰ Segundo o último relatório do IDH do Brasil, a média de municípios do IDH foi de 0,659 em 2010 (Fonte: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idh-global.html>)

O Framework de Finanças Sustentáveis é aprovado pelo Comitê Executivo de Negócios, composto por Vice Presidentes e Diretores do BB.

Categorização do Portfólio

O BB possui uma carteira de crédito financiada por depósitos diretos e outros instrumentos de tesouraria, que abrange diversos itens destacados na seção I (Uso de recursos). As linhas de financiamento com as quais o banco trabalha atualmente e outras que possam surgir podem financiar projetos que compõem seu portfólio de projetos sustentáveis, desde que atendam aos critérios de elegibilidade, categorização e avaliação estabelecidos neste documento.

Os recursos captados por meio de títulos ou empréstimos verdes / sociais / de sustentabilidade serão alocados para (i) reembolso de projetos originados antes de qualquer emissão, considerando o saldo remanescente do contrato originado até 24 meses antes da emissão; e (ii) projetos que serão financiados pelo BB após qualquer emissão, até o valor total do financiamento.

Gestão de Risco Ambiental e Social

A Gestão de Risco Ambiental e Social do BB (A&S) está em conformidade com os requisitos da Resolução CMN 4327/2014 e da norma autorregulatória SARB 14/2014 da Febraban, e tem o objetivo de identificar, mensurar, mitigar e monitorar os riscos diretos e indiretos relacionados às questões A&S dos processos, produtos do Banco e empresas.

Além disso, o banco desenvolveu diretrizes de sustentabilidade para empréstimos a agronegócios e atividades florestais³¹ bem como energia elétrica³². As diretrizes observam a legislação ambiental, trabalhista, de saúde e segurança e a adoção de melhores práticas, como gestão sustentável da água, solo e silvicultura, uso racional de pesticidas e cuidados com o bem-estar dos animais no setor agrícola, promovendo uma economia de baixo carbono e fornecer condições especiais para as energias renováveis para o setor elétrico.

Para operações agrícolas, o banco também é obrigado por lei a exigir o Cadastro Ambiental Rural (CAR)³³ de agricultores, a fim de fornecer crédito. O CAR é um registro eletrônico obrigatório para todas as propriedades rurais, com o objetivo de construir um banco de dados estratégico para o controle, monitoramento e remediação do desmatamento no Brasil, bem como para o planejamento ambiental e econômico das propriedades rurais. O produtor também informa a área poligonal da área financiada e o banco envia essas informações ao Banco Central do Brasil para controle de área e crédito.

Para projetos de investimento definidos no Plano ABC e outras linhas que retêm recursos que se enquadram na categoria de Energias Renováveis para a Agricultura (Agroenergia), o banco possui procedimentos internos de avaliação de projetos que compreendem uma revisão técnica por agrônomos qualificados que são funcionários do BB. Para projetos de energia, o BB

³¹ <https://www.bb.com.br/docs/pub/siteEsp/uds/dwn/agronegocio.pdf>

³² <https://www.bb.com.br/docs/pub/siteEsp/uds/dwn/energia.pdf>

³³ O Cadastro Ambiental Rural (CAR), criado pela Lei 12.651 / 12 (Código Florestal), inclui dados do proprietário ou pessoa diretamente responsável pela propriedade rural, o mapa georreferenciado do perímetro da propriedade, áreas de utilidade social e pública, informações sobre a localização de remanescentes de vegetação nativa, áreas consolidadas, Áreas de Preservação Permanente (APP), Áreas de Uso Restrito (AUR) e Reservas Legais (RL). O CAR é gerenciado pelo Serviço Florestal Brasileiro - SFB, órgão do governo responsável pelo manejo de florestas públicas, com a missão de promover conhecimento, uso sustentável e expansão da cobertura florestal, tornando a agenda florestal estratégica para a economia do país. Suas funções incluem apoiar a implementação, gerenciamento e integração dos bancos de dados do Cadastro Ambiental Rural (CAR).

incorpora medidas de mitigação e compensação social e ambiental às condições de financiamento de acordo com o tamanho e os impactos da operação.

O BB também possui diretrizes internas para atividades controversas, listadas no Apêndice 3, restringindo o financiamento às atividades da seguinte forma:

- **Atividades excluídas:** atividades que não respeitam a lei ou os princípios e valores do Banco do Brasil, nas quais o banco não investe ou financia;
- **Atividades restritas:** atividades com impactos ambientais e que requerem estudos de avaliação de impacto (EIA e RIMA) em seu processo de licenciamento, bem como a licença ambiental;
- **Lista de alertas:** atividades que apresentam potencial impacto ambiental e estão sujeitas a licenciamento ambiental (Resolução CONAMA 237/1997) e requisitos adicionais por parte dos Estados brasileiros.

O BB é o único banco que aderiu à Moratória da Soja, um acordo com várias partes interessadas para evitar a comercialização de soja em áreas desmatadas do bioma Amazônia. O banco também é membro da Mesa Redonda Brasileira sobre Pecuária Sustentável (GTPS) e signatário do PRI, Princípios do Equador, Pacto Global da ONU, Pacto Anti-Escavidão e Projeto de Divulgação de Carbono.

Dada a existência de procedimentos de risco de A&S, os projetos classificados como baixo risco de A&S serão automaticamente elegíveis se pertencerem a uma das categorias da seção I, enquanto os projetos de maior risco precisarão ser avaliados individualmente pelas áreas gestoras do Framework de Finanças Sustentáveis.

Critérios de Exclusão

Projetos ou operações de crédito que se enquadram em um ou mais critérios de exclusão descritos abaixo não podem ser alocados aos títulos e empréstimos verdes / sociais / de sustentabilidade do Banco do Brasil:

- Empréstimo para capital de giro;
- Repasse de empréstimos usando recursos de bancos de desenvolvimento e agências multilaterais;
- Créditos que foram alocados a outras fontes de financiamento, como agências multilaterais;
- Projetos com primeiro desembolso antes de 24 meses antes da emissão;
- Projetos com prazo de financiamento no mesmo ano de emissão;
- Culturas de tabaco e algodão;
- Produção ou comércio de armas de fogo;
- Produção ou comércio de álcool;
- Atividades ou produção nas terras pertencentes, ou reivindicadas sob adjudicação, pelos Povos Indígenas, sem o consentimento completo e documentado de tais povos;
- Produção de madeira ou outros produtos florestais que não sejam florestas certificadas de manejo sustentável;
- Negócios diretamente ligados à produção, distribuição ou comercialização de combustíveis fósseis e tabaco;
- Atividades agrícolas em municípios localizados no bioma Amazônia;
- Produção de soja em municípios localizados na região de MATOPIBA³⁴.

³⁴ Definido de acordo com a ordem oficial do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Portaria 244/2015, disponível em <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=13/11/2015&jornal=1&pagina=8&totalArquivos=336>.

Além disso, de acordo com as diretrizes do BB para atividades controversas, o seguinte não pode ser financiado:

- Empresas que têm restrições legais ou afetam a reputação do banco;
- Atividades comprovadamente praticadas na exploração sexual de menores de idade e/ou trabalho infantil;
- Jogos de azar;
- Clientes que submetem os trabalhadores a condições degradantes de trabalho ou os mantêm em condições semelhantes à escravidão;
- Plantação de cana para produção de etanol e outros derivados localizados em áreas proibidas pelo zoneamento agroecológico da cana de açúcar ou novas áreas de cana após 28 de outubro, 2009 nos biomas Amazônia e Pantanal ou na bacia do Alto Paraguai.

III. Gerenciamento dos Recursos

Os recursos captados com títulos verdes / sociais / de sustentabilidade e empréstimos do Banco do Brasil serão gerenciados pela Diretoria de Finanças do Banco para financiar projetos novos ou existentes. Os recursos serão recebidos na conta de caixa do Banco e mantidos, até a alocação real, nesta conta e / ou instrumentos de alta liquidez e baixo risco, como títulos do governo. Os recursos, em qualquer caso, não serão utilizados em investimentos que não sejam considerados alinhados com metas de títulos e empréstimos verdes / sociais / de sustentabilidade, conforme os critérios de elegibilidade e exclusão desta Estrutura.

O BB se compromete que as receitas selecionadas de qualquer título ou empréstimo verde / social / de sustentabilidade serão usadas exclusivamente para projetos financeiros que atendem aos requisitos de elegibilidade selecionados neste documento. Além disso, a alocação dos recursos utilizados será revisada pelos auditórios externos anuais.

Atualmente, o banco possui procedimentos internos para gerenciar e marcar operações lastreadas em fundos governamentais. Procedimentos semelhantes serão usados para marcar as carteiras de títulos e empréstimos verdes / sociais / de sustentabilidade. O rastreamento de projetos e contas que respaldam esses títulos e empréstimos será executado pela Unidade de Relações com Investidores, que manterá um banco de dados atualizado, incluindo número da conta, nome do cliente, uso de recursos, valor contratado, valor em aberto, vencimento do empréstimo e outras informações a serem registradas para a alocação dos recursos.

O processo de monitoramento garantirá que o financiamento total exigido para projetos elegíveis seja superior aos valores em aberto devidos por títulos e empréstimos verdes / sociais / de sustentabilidade e que os projetos elegíveis não estejam garantindo outras obrigações de 'uso de recursos'.

O banco possui procedimentos internos para verificar a alocação de recursos para projetos designados que envolvem auditoria de crédito de campo realizada por um técnico especializado do banco.

O BB tem como objetivo alocar totalmente os recursos de cada emissão ou empréstimo dentro de 18 meses.

IV. Reporte

Reporte de Alocação

O Banco do Brasil divulgará anualmente o uso de recursos de títulos e empréstimos verdes / sociais / de sustentabilidade emitidos até seu resgate, indicando:

- o número de beneficiários;
- o valor médio do empréstimo;
- o valor do desembolso para cada categoria verde / social / de sustentabilidade que compõe o portfólio;
- o montante de recursos não alocados;
- a distribuição regional de receitas.

O relatório também demonstrará se os recursos foram alocados a projetos existentes no portfólio verde / social / de sustentabilidade na data de emissão ou em projetos contratados posteriormente. Os valores e alocações anuais relatados serão validados por auditoria externa. O relatório estará disponível no site de RI do BB (www.bb.com.br/ri).

Relatório de Impacto

O Banco do Brasil também reportará anualmente os impactos agregados por categoria de uso de recursos, apresentando indicadores selecionados e estudos de caso relevantes, quando disponíveis. A redução ou captura de gases de efeito estufa e outros benefícios ambientais ou sociais serão estimados com a metodologia adequada divulgada. Os indicadores de resultado e impacto serão selecionados na lista abaixo.

Categorias Elegíveis		Ativos Elegíveis	Indicadores de Saída	Indicadores de Impacto
Verde	Gestão Ambientalmente Sustentável dos Recursos Naturais e Uso da Terra	Sistema de Plantio Direto	• Área agrícola sujeita a práticas sustentáveis (ha) • Número de produtores beneficiados	• GEE evitado (t CO₂ eq.)
		Recuperação e Restauração de Solo	• Área recuperada de solo e pastagem (ha) • Número de produtores beneficiados	• GEE Capturado (t CO₂ eq.)
		Integração de Lavoura-Pecuária-Floresta e Sistemas Agroflorestais	Área de ILPF/SAF (ha)	• GEE Capturado (t CO₂ eq.)
		Fixação Biológica de Nitrogênio	• Redução do consumo de fertilizantes (t)	• GEE evitado (t CO₂ eq.)

		Tratamento de Resíduos Animais	- Resíduos tratados (t) - Biogás gerado (m³) - Biofertilizante gerado (t)	GEE evitado (t CO2 eq.)
		Silvicultura	Área de Floresta (ha)	GEE capturado (t CO2 eq.)
		Outros Projetos	Área agrícola beneficiada (ha)	Perda financeira evitada
	Energia Renovável	Solar, Eólica e Biomassa	Capacidade instalada de energia renovável (MW)	GEEevitado (t CO2 eq.)
		Biocombustíveis	Volume de produção de biocombustível (m³)	GEE evitado (t CO2 eq.)
Social	Habitação a Preços Acessíveis	Habitação a Preços Acessíveis	Número de residência financiada	Número de beneficiários
	Financiamento de Micro e Pequenas Empresas e Microfinanças	Financiamento para Micro e Pequenas Empresas e Inclusão Financeira	Número de beneficiários	Número estimado de trabalhos suportados
	Avanço e Fortalecimento Socioeconômico	Produção rural familiar	- Número de produtores beneficiados - Número de mulheres produtoras financiadas	Receita anual estimada gerada para famílias rurais
		Acessibilidade a tecnologia	Número de equipamentos financiados	Número de beneficiários
	Acesso a serviços essenciais	Instalações e equipamentos de saúde	Número de unidades de saúde financiadas	Número de beneficiários

Revisão externa

Um provedor reconhecido de Opinião de Terceiros (SPO) analisará o Framework de Finanças Sustentáveis do BB. A SPO será publicada no site de relações com investidores da instituição (www.bb.com.br/ri). O banco também receberá garantia pós-emissão por um provedor de serviços reconhecido. O relatório pós-emissão será publicado dentro de 12 meses após a emissão dos títulos e / ou aprovação do empréstimo e anualmente até o final do vencimento no site de RI do BB.

APÊNDICE 1 – Agenda 30 BB Desafios em Sustentabilidade

PROSPERIDADE	PARCERIA	PESSOAS	PLANETA	PAZ
Desafio 1: alinhar a governança do Banco do Brasil às melhores práticas internacionais e reforçar o papel da Alta Administração na estratégia de sustentabilidade.	Desafio 6: Reforçar as iniciativas do Banco do Brasil em prol do desenvolvimento produtivo, do empreendedorismo e da promoção da inclusão social e financeira, contemplando os negócios sociais.	Desafio 9: garantir maior proporcionalidade da representatividade de gênero e raça em todos os níveis hierárquicos do Banco do Brasil.	Desafio 14: Desenvolver soluções financeiras e modelos de negócios que promovam a transição para uma economia verde e inclusiva.	Desafio 18: Desenvolver processo de due diligence socioambiental (inclui direitos humanos e práticas trabalhistas) para avaliar os impactos das operações e relações comerciais do Banco do Brasil
Desafio 2: identificar e gerenciar os riscos não financeiros e/ou emergentes de médio e longo prazos que possam impactar significativamente os negócios do Banco do Brasil.	Desafio 7: Fortalecer a gestão do tema sustentabilidade nas ELBB.	Desafio 10: Reforçar ações de educação e sensibilização em sustentabilidade para o público interno e a sociedade.	Desafio 15: Aprimorar a governança e a gestão dos riscos e das oportunidades relacionadas às questões climáticas.	Desafio 19: Aprimorar as práticas de gestão e de relato do Banco do Brasil sobre o desempenho em sustentabilidade.
Desafio 3: identificar as inovações do setor financeiro (modelos de negócio e tecnologias) e se antecipar às tendências a fim de garantir a longevidade e perenidade do Banco do Brasil.	Desafio 8: Aprimorar o papel do Banco do Brasil como orientador para a educação financeira.	Desafio 11: Aprimorar o modelo de remuneração variável dos funcionários, inclusive da alta administração, ampliando os critérios socioambientais e contemplando o desempenho individual.	Desafio 16: Aprimorar o Sistema de Gestão Ambiental (SGA) e as práticas de ecoeficiência na busca pela redução da pegada ecológica do Banco do Brasil.	Desafio 20: Aprimorar a integração entre o Investimento Social Privado e a estratégia de negócios.
Desafio 4: aprimorar a gestão de relacionamento com o cliente e aumentar os índices de		Desafio 12: Reforçar a atuação do Banco do Brasil em relação ao capital humano, contemplando a gestão de saúde,	Desafio 17: Aprimorar a gestão do risco socioambiental na cadeia de	Desafio 21: Garantir a transparência na comunicação e na comercialização de produtos e serviços.

satisfação e retenção.		segurança e bem-estar, o desenvolvimento e a retenção de talentos.	fornecedores, na concessão de crédito, nos financiamentos, em investimentos próprios e na gestão de ativos de terceiros, considerando também os assuntos polêmicos.	
Desafio 5: aprimorar a gestão de estratégia fiscal do Banco do Brasil, com foco na governança, nos riscos de tributação e na transparência.		Desafio 13: Fortalecer a atuação do Banco do Brasil em relação ao tema ética e às práticas de combate à corrupção, de atos ilícitos e de lavagem de dinheiro.		

APÊNDICE 2 – Técnicas de Agricultura de Baixo Carbono

Sistemas de Plantio Direto

Segundo a Agência Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), os sistemas de plantio direto (Sistema de Plantio Direto) são caracterizados por um conjunto de tecnologias, processos, produtos e serviços que proporcionam menor grau de perturbação no sistema agrícola produtivo, quando comparados a outras formas de manejo que empregam mobilização do solo. Baseia-se na diversificação de espécies, menor mobilização do solo (apenas na linha de semeadura ou poço), manutenção permanente da cobertura do solo e minimização do intervalo entre colheita e semeadura, com o objetivo de estabelecer o processo contínuo de semeadura. Essa técnica requer menos máquinas e equipamentos, menos força de trabalho e menos energia fóssil e favorece a atividade biológica do solo e o controle biológico de pragas, doenças e ervas daninhas. Além disso, praticamente elimina a erosão, melhora o uso de fertilizantes, aumenta a floculação e a agregação do solo e reduz a decomposição da matéria orgânica, estabelecendo sincronização entre a disponibilidade de nutrientes e o crescimento das formas de vida presentes no solo.

De acordo com o Portfólio de Boas Práticas Agrícolas - Programa Água Brasil (Banco do Brasil e WWF, 2015), os sistemas de plantio direto oferecem os seguintes benefícios:

- Redução da perda de solo por erosão, uma vez que é protegida por uma camada de palha. A palha faz a água penetrar lentamente e evita assoreamento;
- Conservação e aumento do conteúdo de matéria orgânica no solo, reduzindo a lavoura e a grelha e proporcionando um acúmulo de matéria orgânica. Associado a isso, quando a palha é mantida, a degradação desse material aumenta o teor de fertilidade do solo;
- Conservação de água no sistema, uma vez que a palha diminui a evaporação;
- Baixa temperatura do solo, pois não é exposto à radiação, mesmo nos períodos mais quentes do dia;
- Custo de produção reduzido, principalmente devido à diminuição da lavra, classificação e mão de obra utilizada nesses processos;
- Mais tempo para semear, pois o solo é mantido úmido por mais tempo após a chuva;
- Maior estabilidade e equilíbrio das propriedades físicas, químicas e biológicas do solo, uma vez que é menos mobilizado;
- Aumento da produtividade associado a maior umidade, principalmente durante estiagem prolongada;
- Aumento do armazenamento de carbono no solo.

Recuperação do Solo e Restauração de Pastagens Degradadas

A fertilização e correção do solo são fundamentais para que o agronegócio nacional alcance a produtividade necessária para produzir alimentos sem abrir novas áreas. Na pecuária, as práticas de calagem e reparo do solo, combinadas com o bom manejo de pastagens e fertilização, permitem maior longevidade das pastagens e aumento da produção de carne e leite por hectare. Estima-se que, para cada hectare de pasto recuperado, cerca de dois hectares sejam preservados do desmatamento³⁵.

Os benefícios da atividade incluem:

- Melhoria da produção de forragem;
- Melhoria na produção de leite ou carne;
- Conservação do solo e prevenção de erosão, com melhor cobertura do solo;

³⁵ <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/1042092/1/DOCUMENTOS418.pdf>

- Diminuição da pressão para expandir as áreas produtivas de pastagem;
- Redução de processos erosivos, pois melhora a cobertura do solo.

Sistemas Integração Lavoura, Pecuária e Floresta (ILPF) e Sistemas Agroflorestais (SAF)

A Agência Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) define Sistemas de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta como sistemas de produção que integram árvores, pastagens e culturas em rotação, combinação ou sucessão em uma mesma área³⁶.

Os sistemas agroflorestais são definidos como sistemas com uso coletivo da terra, com plantas perenes lenhosas (como árvores, arbustos, palmeiras e outras) e culturas agrícolas e / ou animais. Isso pode acontecer apenas com culturas e florestas (sistemas agro-silviculturais); silvicultura e animais (sistemas silvipastoris) ou os três elementos combinados (sistemas agrossilvipastoris). Assim, os sistemas agroflorestais estão incluídos no conceito de Sistemas de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta³⁷.

Os benefícios da atividade incluem:

- Recuperação de áreas degradadas e capacidade de explorar o solo economicamente o ano todo;
- Reduz a necessidade de desmatamento e favorece o aumento da produção de grãos, carne e leite a custos mais baixos, devido ao efeito combinado das atividades;
- Redução das emissões de metano nos bovinos, devido ao auxílio das árvores na neutralização das emissões;
- Redução do óxido nitroso devido à menor necessidade de fertilização e preparo do solo.

Fixação Biológica de Nitrogênio

Segundo a Embrapa, a fixação biológica de nitrogênio é um processo que transforma o nitrogênio atmosférico em formas assimiláveis para as plantas, um mecanismo que pode ser usado para obter nitrogênio para a nutrição das plantas. O processo é realizado por microrganismos com a enzima nitrogenase, transformando nitrogênio em amônia solúvel em água absorvida pelas plantas. O uso da técnica reduz as emissões de óxido nitroso (GEE), devido à fertilização mais eficaz e ao uso reduzido de fertilizantes³⁸.

Tratamento de Resíduos Animais

O Tratamento de Resíduos Animais combina técnicas como biodigestão e compostagem. A biodigestão dos resíduos, realizada por microrganismos em um ambiente sem oxigênio, resulta em biofertilizante e biogás. O último pode ser queimado para reduzir ainda mais seu potencial de aquecimento (reduzindo ainda mais a quantidade de metano em sua composição) com chama aberta ou confinado ou usados para gerar energia. A compostagem dos resíduos, também realizada por microrganismos, mas em ambiente com oxigênio, resulta em composto (aditivo de solo rico em nutrientes) e biofertilizante. As técnicas proporcionam redução das emissões de GEE dos resíduos e potencial poluidor e redução de recursos de uso para fertilização³⁹.

³⁶ <https://www.embrapa.br/en/tema-integracao-lavoura-pecuaria-floresta-ilpf/nota-tecnica>.

³⁷ <http://www.fao.org/forestry/agroforestry/80338/en/>

³⁸ <https://www.embrapa.br/en/tema-fixacao-biologica-de-nitrogenio>

³⁹ <https://www.embrapa.br/documents/1355242/0/Biog%C3%A1sFert+-+Tecnologias+para+o+tratamento+de+res%C3%ADduos+de+animais.pdf>

APÊNDICE 3 – Procedimentos para atividades ambientais e sociais controversas

Atividades Excluídas	Atividades Restritas	Lista de Alerta
Atividades que não respeitam a lei ou princípios e valores do Banco do Brasil, nas quais o banco não investe ou financia. 1. Empresas com restrições legais e / ou que podem prejudicar a imagem do banco. 2. Empresas com evidências de exploração sexual de menores e / ou exploração de trabalho infantil. 3. Clientes que mantêm seus funcionários em condições degradantes de trabalho e semelhantes à escravidão moderna. 4. Clientes ligados a apostas, jogos de azar e / ou jogos especulativos e não regulamentados. 5. Plantio, renovação e custeio de processamento industrial de lavoura ou cana de açúcar para produzir etanol e outros subprodutos da cana de açúcar em: • Áreas proibidas de acordo com o zoneamento agroecológico da cana de açúcar; • Novas áreas de cana-de-açúcar a	Atividades com impactos ambientais e que requerem estudos de avaliação de impacto (EIA e RIMA) em seu processo de licenciamento, bem como a licença ambiental. 1. Estradas com duas ou mais faixas de tráfego. 2. Ferrovias. 3. Portos e terminais de frete de minério, petróleo e produtos químicos. 4. Aeroportos de acordo com o inciso I, artigo 48, do Decreto-Lei 32, de 18 de novembro de 1966. 5. Oleoduto, gasoduto, gasoduto de chorume, troncos de coleta e tubulações de esgoto sanitário. 6. Linhas de transmissão elétrica acima de 230 kW. 7. Obras hidráulicas para explorar recursos hídricos como barragem hidrelétrica, acima de 10 MW, saneamento ou irrigação, abertura de canal de embarque, drenagem e irrigação, correção de cursos de água, abertura de barras e boca, transposição de bacias, diques. 8. Extração de combustível fóssil (óleo, xisto, carvão). 9. Mineração, incluindo a classe II definida no código de mineração. 10. Aterros, processamento e destino final de resíduos tóxicos e perigosos. 11. Usina de geração de eletricidade, qualquer que seja a fonte de energia primária, acima de 10MW.	Atividades que apresentam potencial impacto ambiental e estão sujeitas a licenciamento ambiental (Resolução CONAMA 237/1997) e requisitos adicionais pelos Estados brasileiros. 1. Extração e tratamento de minerais. 2. Indústria de minerais não metálicos. 3. Indústria mecânica / metalúrgica. 4. Indústria da comunicação, elétrica e eletrônica. 5. Indústria de material de transporte. 6. Indústria da madeira, papel e celulose. 7. Indústria de borracha / couro e peles. 8. Indústria química 9. Indústria de produtos de plástico. 10. Indústria de artefatos de tecidos, roupas, calçados e tecidos. 11. Indústria de alimentos e bebidas. 12. Indústria de fumo 13. Fabricação de serviços de concreto / asfalto e galvanoplastia. 14. Obras civis. 15. Serviço de utilidade. 16. Transporte, terminais e armazenamento. 17. Turismo. 18. Várias atividades (subdivisão de terrenos, distritos e centros industriais). 19. Atividades agrícolas. 20. Uso de recursos naturais: silvicultura / madeira, fauna exótica / fauna selvagem / patrimônio genético natural / espécies

partir de 28 de outubro de 2009 nos biomas da bacia do Amazonas, Pantanal e <i>Alto Paraguai</i>.	12. Instalações e unidades industriais e agroindustriais (petroquímica, siderúrgica, cloroquímica, destilarias de álcool, carvão, extração e cultivo de recursos hídricos). 13. Distritos industriais e zonas estritamente industriais (ZEI). 14. Colheita econômica de madeira e lenha, em áreas acima de 100 hectares ou menos - quando afeta áreas de interesse ambiental relevantes em termos de porcentagem ou importância pelo ponto de vista ambiental. 15. Projetos urbanos acima de 100 hectares ou em áreas consideradas relevantes pelo ponto de vista ambiental (critérios do IBAMA e outras agências locais). 16. Qualquer atividade que utilize carvão vegetal, derivados ou produtos similares em quantidades superiores a 10 toneladas. 17. Projetos agrícolas cobrindo áreas com mais de 1000 hectares.	aquáticas vivas / exóticas ou geneticamente modificadas, diversidade biológica por biotecnologia.
--	---	--

APÊNDICE 4 – ODS e metas específicas apoiadas pelo Framework de Finanças Sustentáveis

ODS	Metas específicas apoiadas por projetos elegíveis	Categorias Elegíveis
 1 ERRADICAR A POBREZA	1.4. Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo microfinanças. 1.5. Até 2030, construir a resiliência dos pobres e daqueles em situação de vulnerabilidade, e reduzir a exposição e vulnerabilidade destes a eventos extremos relacionados com o clima e outros choques e desastres econômicos, sociais e ambientais.	• Habitação a preços acessíveis • Financiamento de micro e pequenas • Produção rural familiar • Acessibilidade a tecnologia • Instalações e equipamentos para saúde
 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL	2.4. Até 2030, garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes, que aumentem a produtividade e a produção, que ajudem a manter os ecossistemas, que fortaleçam a capacidade de adaptação às mudanças climáticas, às condições meteorológicas extremas, secas, inundações e outros desastres, e que melhorem progressivamente a qualidade da terra e do solo.	• Agricultura de baixo carbono • Produção rural familiar
 3 SAÚDE E BEM-ESTAR	3.8. Atingir a cobertura universal de saúde, incluindo a proteção do risco financeiro, o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes, de qualidade e a preços acessíveis para todos. 3. Aumentar substancialmente o financiamento da saúde e o recrutamento, desenvolvimento e formação, e retenção do pessoal de saúde nos países em desenvolvimento, especialmente nos países menos desenvolvidos e nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento.	• Instalações e equipamentos para saúde
 7 ENERGIA ACESSÍVEL E LIMPA	7.1. Até 2030, assegurar o acesso universal, confiável, moderno e a preços acessíveis a serviços de energia. 7.2. Até 2030, aumentar substancialmente a participação de energias renováveis na matriz energética global.	• Energia renovável
 8 TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO	8.3. Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros. 8.5. Até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor.	• Financiamento de micro e pequenas • Produção rural familiar
 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA	9.1. Desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente, incluindo infraestrutura regional e transfronteiriça, para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano, com foco no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos. 9.3 Aumentar o acesso das pequenas indústrias e outras empresas, particularmente em países em desenvolvimento, aos serviços financeiros, incluindo	• Energia renovável • Financiamento de micro e pequenas

	crédito acessível e sua integração em cadeias de valor e mercados. 9.4. Até 2030, modernizar a infraestrutura e reabilitar as indústrias para torná-las sustentáveis, com eficiência aumentada no uso de recursos e maior adoção de tecnologias e processos industriais limpos e ambientalmente corretos; com todos os países atuando de acordo com suas respectivas capacidades.	
	10.2. Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra.	• Produção rural familiar • Acessibilidade a tecnologia
	11.1. Até 2030, garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos e urbanizar as favelas. 11.3. Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países.	• Habitação a preços acessíveis
	12.2. Até 2030, alcançar a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais.	• Agricultura de baixo carbono • Silvicultura • Energia renovável
	13.1. Reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados ao clima e às catástrofes naturais em todos os países.	• Agricultura de baixo carbono • Silvicultura • Energia renovável
	15.1. Até 2020, assegurar a conservação, recuperação e uso sustentável de ecossistemas terrestres e de água doce interiores e seus serviços, em especial florestas, zonas úmidas, montanhas e terras áridas, em conformidade com as obrigações decorrentes dos acordos internacionais. 15.2. Até 2020, promover a implementação da gestão sustentável de todos os tipos de florestas, deter o desmatamento, restaurar florestas degradadas e aumentar substancialmente o florestamento e o reflorestamento globalmente. 15.3. Até 2030, combater a desertificação, restaurar a terra e o solo degradado, incluindo terrenos afetados pela desertificação, secas e inundações, e lutar para alcançar um mundo neutro em termos de degradação do solo. 15.5. Tomar medidas urgentes e significativas para reduzir a degradação de habitat naturais, deter a perda de biodiversidade e, até 2020, proteger e evitar a extinção de espécies ameaçadas. 15.A. Mobilizar e aumentar significativamente, a partir de todas as fontes, os recursos financeiros para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e dos ecossistemas. 15.B. Mobilizar recursos significativos de todas as fontes e em todos os níveis para financiar o manejo florestal sustentável e proporcionar incentivos adequados aos países em desenvolvimento para promover o manejo	• Agricultura de baixo carbono • Silvicultura

	florestal sustentável, inclusive para a conservação e o reflorestamento.	
--	--	--